

Brasil-China: cooperação internacional como catalisador do agro brasileiro



» ALEXANDRE NEPOMUCENO
Chefe-geral da Embrapa Soja, pesquisador da Embrapa e membro titular da CTNBio na vaga de especialista em biotecnologia

quentemente abertos ao sistema agropecuário nacional, que demonstra enorme capacidade de adequação aos mais rígidos protocolos fitossanitários e regulatórios mundo afora, além de um trabalho cada vez mais intenso de cooperação internacional para regulamentação e aprovação de novas tecnologias, sobretudo de eventos biotecnológicos.

No Brasil, por exemplo, a área cultivada com culturas anuais esteve próxima a 70 milhões de hectares, sendo que a vasta maioria desta área é com produtos desenvolvidos pela biotecnologia e em cultivos subsequentes durante a mesma safra, consolidando o país como um dos líderes globais na adoção dessas tecnologias. A introdução da biotecnologia, desde 1996, permitiu, junto com outras tecnologias, trazer ganhos substanciais de produtividade por área, permitindo que a produção agrícola brasileira crescesse exponencialmente sem a necessidade de expansão desproporcional da área cultivada.

Globalmente, a adoção da biotecnologia contribuiu para uma redução significativa no uso de pesticidas, diminuição das emissões de gases de efeito estufa e aumento do sequestro de carbono, principalmente por meio do facilitamento da implementação da técnica de plantio direto em grandes áreas, manejo que além de incrementar o sequestro de carbono, favorece a preservação de água e nutrientes no solo. O uso desta prática somente foi possível devido à biotecnologia das plantas resistentes a herbicidas. Todos esses ganhos trazidos pela biotecnologia vieram junto com o aumento da produtividade e, consequentemente, da produção de alimentos, fibras e biocombustíveis. Tais avanços são cruciais para atender à crescente demanda global por alimentos de forma sustentável.

Uma aproximação mais estratégica entre instituições científicas e regulatórias nacionais e suas congêneres ao redor do mundo pode impulsionar os ganhos advindos de novos eventos biotecnológicos e viabilizar tecnologias que ampliem a eficiência e a competitividade no agronegócio. O exemplo mais ilustrativo é o da

aproximação técnica entre Brasil e China, em que um protagonista na produção mundial de grãos e alimentos atua em parceria com o principal mercado consumidor global, com ambos caminhando juntos em prol da segurança alimentar e da transferência de tecnologias.

Um dos aspectos centrais dessa cooperação reside na possibilidade de harmonizar normas regulatórias. A colaboração nesta área permitirá avançar o fluxo de produtos biotecnológicos entre os dois países, garantindo que inovações desenvolvidas para a agricultura brasileira possam ser rapidamente adotadas pelos produtores. Sendo um país em sua maioria de clima tropical, o Brasil tem em sua agricultura uma pressão maior de pragas, doenças e outros estresses provocados pelas mudanças climáticas globais. Assim, é necessário que toda inovação desenvolvida possa chegar de forma rápida e eficiente ao campo, para que se possa ampliar a segurança, qualidade e competitividade da produção. Com isso, atenderemos a uma demanda nacional, além de alcançar outros mercados como o chinês, contribuindo de forma segura e eficiente para a segurança alimentar do Brasil e global.

A compreensão mútua das exigências de segurança alimentar e ambiental da China e o alinhamento das práticas brasileiras com esses padrões são passos essenciais para a consolidação dessa parceria. A previsibilidade regulatória é um fator-chave para o investimento de longo prazo, para que essas inovações cheguem ao setor.

O ciclo virtuoso gerado a partir da maior cooperação internacional pode ser sintetizado em inovações disponíveis mais rapidamente para os agricultores, práticas mais sustentáveis empregadas em toda a cadeia e mais alimento à disposição de uma população global crescente. Uma colaboração mais próxima entre mercados estratégicos como Brasil e China transcende a dimensão comercial para se firmar como uma parceria estratégica em pesquisa, desenvolvimento, regulamentação e sustentabilidade.



Caio Gomez / CBN/DA Press

Segurança pública: armas, crime e evidência empírica



» IVAN RIBEIRO
Coordenador e pesquisador principal do Centro de Estudos da Ordem Econômica (CEOE) e Fellow da Society for Empirical Legal Studies (SELS). Professor de direito e políticas públicas da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Campus Osasco

conhecido e controverso defensor do direito às armas. Ele propôs uma aposta de mil dólares afirmando que a revogação do decreto de Bolsonaro que flexibilizava o controle de armas levaria ao aumento da criminalidade no Brasil, já que cidadãos cumpridores da lei não teriam acesso a armas para autoproteção.

Na segunda semana de março, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram manter a validade do Decreto Presidencial nº 11.366/2023, que suspendeu o registro de aquisição e transferência de armas e munições de uso restrito, bem como a concessão de novos clubes de tiro e licenças para colecionadores, atiradores e caçadores.

O presidente Lula assinou o decreto em 1º de janeiro, durante sua posse, em um gesto carregado de simbolismo. Essa decisão foi acompanhada por outras, culminando na declaração de inconstitucionalidade de diversos decretos e atos infralegais relacionados a armas e munições pelo STF em setembro de 2023.

Observou-se no período 2019-2022 um crescimento da violência política e doméstica, com episódios chocantes de tiroteios e ameaças armadas por motivos triviais, além de abusos contra mulheres, crianças e grupos vulneráveis.

Nos últimos 40 anos, a política de armas nos Estados Unidos (EUA) passou por grandes mudanças. Até 1980, a maioria dos estados americanos proibia ou restringia o porte velado de armas, autorizando-o apenas para indivíduos com licença especial. Desde então, essas restrições foram amplamente flexibilizadas, e a maioria dos estados adotou leis de Direito ao Porte (Right-to-Carry — RTC), que impõem exigências modestas, ou nenhuma exigência para o porte velado por cidadãos legalmente autorizados. Em 2023, 25 estados não exigiam nenhuma licença especial para portar armas em público.

Um estudo empírico publicado em 2025, com participação de um dos autores deste artigo, analisou

dados de 217 cidades dos EUA entre 1979 e 2019 para verificar se o regime RTC elevou os crimes com armas. O estudo focou especialmente nas 65 maiores cidades (com população média superior a 250 mil habitantes), onde os efeitos se mostraram mais pronunciados.

A pesquisa sugere que a hesitação policial em enfrentar uma população civil mais armada, ou o tempo adicional despendido com abordagens mais cautelosas, seriam fatores relevantes. Particularmente alarmante foi o crescimento de aproximadamente 50% nos roubos de armas, injetando milhares de armas no mercado ilegal a cada ano.

Diante da resistência do Congresso Nacional, o então presidente recorreu a decretos para implementar sua agenda. Ainda que o Legislativo se opusesse, Bolsonaro conseguiu ampliar a posse de armas por moradores de áreas rurais e aumentar o limite anual de compra de munições de 50 para 550 unidades. Ao todo, seu governo editou mais de 40 decretos e atos normativos com esse objetivo. O número de armas nas mãos de caçadores, atiradores e colecionadores (CACs) ultrapassou um milhão, um aumento de 187% em relação ao governo anterior.

A revisão de grande parte dessas normas pelo STF ainda em 2023 pode ter contribuído para a redução dos homicídios. Dados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp) apontam essa tendência, mostrando 42.190 homicídios em 2022, 40.464 em 2023 e 38.722 em 2024.

De fato, enquanto os EUA experimentaram quatro décadas de flexibilização gradual das restrições ao porte velado, o Brasil vivenciou uma expansão acelerada do acesso às armas durante o governo Bolsonaro. Ambos os países enfrentam agora a necessidade urgente de compreender empiricamente os efeitos dessas políticas para orientar reformas regulatórias e o desenho de políticas públicas baseadas em evidências.

A luta contra a hepatite precisa continuar



» HUMBERTO SILVA
Presidente do Grupo de Ação do Rotary para Erradicação da Hepatite

A luta contra as hepatites virais não pode desaparecer quando se passa o mês de conscientização sobre a doença, o Julho Amarelo. Silenciosa e subestimada, essa doença continua ceifando vidas no Brasil e no mundo. Segundo o Ministério da Saúde, mais de 1,6 milhão de brasileiros vivem com hepatite B ou C — e a maioria sequer sabe. Muitas vezes, ela só se revela quando já provocou danos graves ao fígado, sendo responsável por quase 100 mil mortes anuais no país.

No cenário global, os números impressionam: de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 300 milhões de pessoas convivem com hepatite B ou C. A cada ano, cerca de 1,3 milhão morrem em decorrência da doença, responsável por 80% dos casos de cirrose e câncer de fígado. É uma das principais causas de morte por doenças infecciosas, à frente de enfermidades muito mais conhecidas. A boa notícia é que a hepatite pode ser prevenida, tratada e, em muitos casos, curada. Seu maior inimigo é o silêncio.

Eu conheço esse silêncio. Em 2010, eu estava prestes a viajar para assistir à Copa do Mundo na África do Sul quando, durante a preparação para vacinas, meu médico sugeriu que eu fizesse um teste de hepatite. Achei exagero: eu me sentia saudável. O resultado, porém, mudou minha vida: hepatite C. Sem tratamento, meu fígado falharia e eu morreria.

Foi um choque descobrir que, provavelmente, eu carregava o vírus desde a infância, após uma transfusão de sangue aos oito anos. Vivi quase 40 anos com o inimigo no corpo, sem perceber. Graças ao tratamento, venci a doença — e fiz um voto: dedicaria o resto da minha vida a alertar outras pessoas e lutar para que ninguém morresse no silêncio.

Essa decisão me levou a fundar a Associação Brasileira de Portadores de Hepatite (ABPH) e o movimento Hepatite Zero, que se uniu ao Grupo de Ação do Rotary para a Erradicação da Hepatite (RAGH, na sigla em inglês), a fim de ampliar essa batalha. O RAGH é um grupo de membros e experts do Rotary dedicado à eliminação das hepatites virais no mundo. Criado no Brasil, o grupo coordena campanhas globais de testagem, conscientização e encaminhamento para tratamento em colaboração com governos e a OMS.

Hoje, atuo como presidente do RAGH, coordenando, a partir do Brasil, uma rede mundial de voluntários que já realizou mais de 3 milhões de testes, encaminhou milhares de pessoas para tratamento e promoveu campanhas que salvam vidas em comunidades distantes — do interior do Brasil a Bangladesh, da Nigéria a Taiwan. É esse trabalho coletivo, com o apoio do Rotary e de voluntários no mundo inteiro, que sustenta o nosso sonho: alcançar Hepatite Zero até 2030.

Ao lutar para alcançar o Hepatite Zero até 2030, o trabalho do Rotary apoia e está alinhado com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 da Organização das Nações Unidas (ONU): Saúde e Bem-Estar, que prevê entre suas metas a eliminação das hepatites virais como problema de saúde pública na próxima década, assim como a redução de outras doenças infecciosas.

O Rotary tem um papel único nessa luta. Por intermédio dos esforços da organização para erradicar a paralisia infantil, o mundo aprendeu lições e estratégias importantes que estão sendo aplicadas para enfrentar outros desafios de saúde, como a hepatite. Graças à capilaridade de seus 1,2 milhão de associados no mundo, chegamos a comunidades que nem a OMS alcançaria sozinha.

Além disso, no Brasil, desde 2019, a ABPH e o Hepatite Zero têm uma parceria formal com o Ministério da Saúde, com apoio do RAGH e dos Rotary Clubs brasileiros, em testagens de hepatite B e C em todo o país. E, no mundo, conduzimos a maior ação de testagem da história: 50 países, 1,5 milhão de testes, mais de 10 mil diagnósticos positivos e encaminhados a tratamento.

Agora, estamos prontos para dar o maior passo da nossa história. Lançamos a maior campanha contra a hepatite do mundo, com ações em 200 países, mobilizando clubes do Rotary, autoridades de saúde e voluntários em todos os continentes. A meta é simples e ousada: tirar a hepatite das sombras, ampliar testagem e vacinação, identificar infectados e garantir que recebam cuidados antes que seja tarde.

O Julho Amarelo pode ter acabado, mas o risco continua. Vacinar-se contra hepatite B, fazer o teste rápido disponível no Sistema Único de Saúde (SUS) e apoiar campanhas de conscientização são atitudes que salvam vidas. Eu sou prova disso: fui diagnosticado a tempo e pude reescrever meu futuro.

A hepatite é silenciosa, mas nós não podemos ser. Cada pessoa testada, cada vida salva, é um passo a mais para um mundo onde ninguém morra por falta de informação ou cuidado. O silêncio custa vidas. Falar, agir e prevenir salva.